

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1217020 - PE
(2017/0318573-4)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS (IRH-PE)
**AGRAVANTE : FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSOES
DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO**
PROCURADOR : INÊS ALMEIDA MARTINS CANAVELLO - PE015774
**PROCURADOR : DONIZETE APARECIDO GOMES DE OLIVEIRA -
PE000631B**
AGRAVADO : CARMEM CARDOZO LESSA
AGRAVADO : EURIDICE CABRAL DOS SANTOS
AGRAVADO : LINDALVA MARIA DA SILVA
AGRAVADO : JULIA MARIA DA CONCEICAO
AGRAVADO : MARIA MARTA DA SILVA CRUZ
ADVOGADOS : JOSÉ OMAR DE MELO JÚNIOR - PE014413
VILMA LÚCIA DA SILVA ALEXANDRE - PE034833

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 489, § 1º, IV, E 1.022, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. AFRONTA AOS ARTIGOS 12 DA LEI 1.060/1950 E 20 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO. SÚMULA 284/STF.

1. Não há falar em violação dos artigos 489, § 1º, IV, e 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A aplicação do direito ao caso, ainda que por meio de solução jurídica diversa da requerida por um dos litigantes, não induz negativa ou ausência de prestação jurisdicional.
2. Incide a Súmula 284/STF quando os dispositivos indicados como violados não contêm comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida e infirmar a validade dos fundamentos do acórdão recorrido.
3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator

